



COMISSÕES DA VERDADE, ARQUIVOS E DIREITOS HUMANOS

Truth commissions, archives and human rights

ELEN CRISTINA GERALDES¹

TENAGLIA, Mônica. **As comissões da verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira**. Brasília: Editora UnB, 2023.

O livro “A comissão da verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira”, fruto da tese de doutorado da historiadora e arquivista Mônica Tenaglia, defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), traz uma importante lição para a frágil democracia brasileira: não é possível apagar o passado sem deixar provas ou pistas e é função dos profissionais da informação salvar os arquivos, principalmente em tempos sombrios. Lançada em 2023 pela Editora da UnB, a obra divide-se em quatro capítulos, com apresentação de Maria Guiomar da Cunha Frota, Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Georgete Medleg Rodrigues, docente da UnB que orientou a tese.

O primeiro capítulo, intitulado “Os arquivos nas graves violações de direitos humanos”, traz um breve histórico da importância de documentar e de guardar os registros para a posteridade. Mostra como regimes autoritários esforçam-se em promover o esquecimento para apagar os seus crimes e, em contrapartida, destaca o dever ético dos arquivistas de manter e disponibilizar os documentos, em nome dos direitos de acesso à informação, à verdade e à memória.

A seguir, a obra discorre sobre a especificidade da redemocratização brasileira que, diferentemente da experiência de outros países latino-americanos, priorizou o esquecimento em nome de uma suposta governabilidade econômica. De fato, a Lei de

¹ Professora Associada da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e docente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da UnB.



Anistia promoveu o perdão dos graves crimes cometidos pelos agentes da repressão. Esse apagamento vigorou nas décadas de 1970 e 1980, somente perdendo força nos governos de Fernando Henrique Cardoso e, principalmente, de Lula da Silva, após uma grande pressão de familiares de vítimas da ditadura e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A Lei de Acesso à Informação (LAI), que entrou em vigor em maio de 2012, concomitantemente à Lei da Comissão Nacional da Verdade (CNV), legitimou o acesso a esse passado escondido e negado, criando condições para escancarar os arquivos recolhidos dos órgãos de repressão a toda a sociedade.

As principais características de 20 comissões da verdade selecionadas para a pesquisa, a partir do critério de terem produzido e disponibilizado relatórios finais, estão presentes no Capítulo Terceiro, que analisa a sua origem, composição, objetivos e relatórios, e mostra a relação que estabelecem com a CNV. Um aspecto importante dessas comissões é que elas se voltam para a vítimas, e não para os perpetradores, buscando evitar a repetição de violações de direitos humanos. Em decorrência desse objetivo, não têm caráter judicial, mas histórico e educativo.

Já no Capítulo Quarto, são aprofundadas a descrição e a análise das ações e estratégias dessas 20 comissões da verdade para acessar os arquivos e investigá-los. É mostrado como as comissões se organizaram, as dificuldades enfrentadas, a realização de parcerias com universidades e agências de fomento, o estabelecimento de recomendações aos arquivos e o cuidado com a localização e a conservação dos acervos produzidos.

Nas considerações finais, a autora traz um achado de pesquisa bastante relevante: na parceria com as universidades, as comissões da verdade exerceram funções pedagógicas, tornando-se uma possibilidade de formação principalmente para historiadores e arquivistas. Além disso, apresenta duas constatações aparentemente contraditórias. A primeira é a importância do trabalho realizado por essas comissões, sobretudo em um cenário negacionista, que propaga a versão da ditadura como um movimento democrático empreendido por militares patriotas e corajosos, em defesa de Deus, da Pátria e da Família. A segunda é muito preocupante: todo esse esforço das comissões em investigar e produzir relatórios não foi bem divulgado. As verdades continuam bem distantes da população.

A autora, hoje docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), mostrou capacidade investigativa aliada a um texto fluente. Dessa forma, a obra preenche uma importante lacuna na bibliografia brasileira: falar dessas importantes comissões, cujo surgimento no país, embora tardio em relação ao restante do continente, sinalizou uma promessa de transparência do Estado brasileiro e o compromisso com os direitos humanos, ainda um projeto em construção.

Recebido em 21/08/2023

Aprovado em 25/09/2023



Licença de Atribuição BY do Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>